

1ª Intervenção nas Perguntas à CML na Assembleia Municipal de Lisboa de 8 de Novembro de 2016

Tema: Instalações do Departamento de Infraestruturas Viárias à Rua José Lins do Rego

As antigas instalações do Departamento de Infraestruturas Viárias da CML, com entrada pela praça da Rua José Lins do Rego, encontram-se sem qualquer uso há já alguns anos. Ultimamente eram apenas usadas para lavagem de viaturas particulares, almoços e outros tipos de encontros. Desde então, os residentes em prédios adjacentes a estes antigos barracões queixam-se de lixo, ervas e principalmente de ratazanas que terão tomado conta daquele equipamento.

Tal facto terá levado um grupo de moradores daquela zona do Bairro de Alvalade, indignados com a situação, a iniciarem contactos com a CML, tendo em vista a utilização daquele espaço para uma qualquer finalidade de uso comunitário, visto aqueles edifícios confinarem com a Escola Básica nº 1 e JI de Santo António.

No entanto, a CML parece ter optado por manter o local ao abandono, pelo menos, desde Junho de 2013. Entretanto, em finais do ano passado, a CML ainda chegou a proceder a obras de pavimentação daquela praça e da entrada da Rua Afonso Lopes Vieira, mas mais nenhuma informação foi adiantada sob o destino a dar aquela área municipal.

Perante a situação denunciada pelos residentes, “**Os Verdes**” perguntam:

- confirma o executivo o estado de abandono dos edifícios das antigas instalações do Departamento de Infraestruturas Viárias?

- quais são o projecto e o uso destinado para aquele espaço e qual a data prevista para a sua limpeza e reabilitação?

- tem o executivo mantido contactos de esclarecimento junto dos munícipes da zona envolvente à Rua José Lins do Rego?

Tema: Biblioteca Municipal em Alcântara

Recordamos que a antiga Biblioteca Municipal de Alcântara, inaugurada em 1933, possuía um cunho eminentemente popular pois, de acordo com o discurso de Júlio Dantas no acto inaugural, pretendia servir a população operária do bairro de Alcântara sob o lema “a instrução é um direito do povo; é preciso dar ao povo os meios que lhe permitam o uso desse direito”.

A renovação deste futuro equipamento consta no Programa Estratégico Biblioteca XXI aprovado em 2012, sabendo-se que o local reservado para a sua construção é o antigo imóvel escolar da Rua José Dias Coelho, que se encontra há já alguns anos em estado de abandono. Para além de manter as janelas abertas, à mercê das

intempéries, uma observação aérea do edifício feita, por exemplo, a partir da Ponte 25 de Abril, não esconde também o avançado estado de degradação das suas traseiras.

Ora, em 9/6/2015, “Os Verdes” colocaram nesta AML a questão do desenlace para este futuro equipamento em Alcântara, tendo-nos esclarecido a sr^a vereadora que se tratava de “um imóvel adquirido pelo Município” e que estavam previstas “obras a iniciar em 2016 (e a) finalizar em 2017”.

Considerando desconhecer-se qualquer projecto concreto para a recuperação do imóvel ou abertura de concurso para adjudicação de obras, solicitamos que, sem rodeios, seja muito objectiva na sua resposta:

- para quando a reabilitação do edificado, ou seja, para quando uma biblioteca a funcionar em Alcântara, de acordo com o lema inicial de que a instrução é um direito do povo e é preciso dar ao povo os meios que lhe permitam exercer esse direito?

- qual é agora a nova calendarização prevista para a inauguração desta biblioteca e quais são os custos estimados?

Tema: Fundos da Biblioteca das Galveias e da Livraria Municipal

De acordo com a informação disponibilizada pela CML, a Biblioteca do Palácio Galveias encerrou, temporariamente, em 2 de Março de 2015, para obras de requalificação e ampliação do seu espaço para os pisos superiores, permitindo “o aumento da área útil (...) de cerca de 1.336,05 m² para 2.040,10 m²”, de modo a contemplar “novas valências”. Como sabemos, o tempo previsto para o encerramento era de 18 meses, pelo que a sua conclusão estava agendada para o passado mês de Setembro.

Entretanto, para se procurar minimizar os inconvenientes provocados com este encerramento, os exemplares únicos com maior utilização nos últimos três anos foram transferidos para consulta e empréstimo noutras bibliotecas da Rede BLX. Pois, sr^a vereadora, nalguns casos sim, mas não é o que acontece na totalidade. Passemos a exemplificar, seguindo os passos de pesquisa de um utilizador comum e transcrevendo as mensagens da Base de Dados.

Quando o resultado de uma pesquisa no Catálogo das BLX indica que a obra era originária do fundo da ‘Biblioteca Palácio Galveias’, a indicação na Base de Dados Horizon/Dynix é de que, primeiro, se encontra em ‘depósito’, e depois ‘temporariamente indisponível’. Há mais de 18 meses, claro! E para complicar o acesso, a explicação verbal que lhe é prestada é de que a documentação se encontra inacessível por estar... encaixotada.

Como sabemos, a reabertura já foi adiada para inícios de 2017. No entanto, na passada sessão de CML de 17/10, o executivo apresentou duas Propostas tendo em vista 3 modificações do Contrato de Empreitada de Requalificação e Conservação do Palácio das Galveias, bem como a correspondente minuta do contrato a celebrar com o

contraente privado, devido à necessidade da realização de trabalhos não previstos no contrato inicial. Não se colocando em causa estas alterações, tal só pode significar que as obras estão para durar, bem como a manutenção da colecção em caixotes.

E este atraso tem ainda uma segunda implicação, agora sobre uma das anunciadas “novas valências”: a transferência da Livraria Municipal, antes situada na Av. da República, que encerrou no passado dia 13/10, para cedência do espaço para nova sede do Instituto de Apoio à Criança.

Como na AML de 8/3 deste ano, a sr^a vereadora nos respondeu que “as obras em curso na Biblioteca Palácio Galveias, estarão concluídas ‘até ao final do ano’, estando a sua reabertura prevista para o início do próximo”, as questões que “Os Verdes” colocam são então as seguintes:

- depois destes ligeiros atrasos, qual será a nova calendarização prevista para a conclusão definitiva das obras e reabertura da Biblioteca do Palácio Galveias?

- entretanto, porque não conseguem os leitores aceder às obras que estão encaixotadas?

- até à sua reabertura, onde se encontra fisicamente armazenado o fundo documental da Livraria Municipal?

Tema: Requalificação paisagística da Zona Sul do Jardim do Campo Grande

No início do mês passado, na cerimónia de reabertura do Caleidoscópio como Centro Académico da Universidade de Lisboa, o sr Presidente da CML destacou que já era tempo de se avançar com a Ala Sul do Jardim do Campo Grande, entre a Avenida do Brasil e Entrecampos, devendo a requalificação daquela parcela começar o mais rápido possível.

Até hoje, os dois únicos factos novos são a construção, por uma empresa privada espanhola, de um futuro complexo desportivo onde anteriormente funcionou a piscina projectada por Keil do Amaral, e de cujo original se espera a total demolição, e de mais uma tentativa de abate de árvores, para construção de lugares de estacionamento, junto a Entrecampos. Felizmente, os moradores estavam atentos e mobilizaram-se.

Quanto ao jardim, e para não variar, os prazos avançados no passado pelo Município têm sofrido inúmeras derrapagens, pelo que, no mês passado, o sr Presidente optou por não se comprometer com datas previsíveis para a conclusão dessas obras.

Ora, em reunião de CML de há exactamente um ano, o sr. vereador dos Espaços Verdes prometeu para o passado segundo trimestre deste ano o avanço da há muito prometida “requalificação paisagística” na zona sul do jardim. Sabe-se que o preço base da obra, que será financiada com verbas do PIPARU (Programa de Investimento Prioritário em Acções de Reabilitação Urbana), é de cerca de 1,2 milhões de euros, devendo o prazo de execução variar entre os 450 e os 540 dias e que a intervenção irá

abranger uma área com cerca de 61 mil m², “com uma tipologia de parque urbano”, incluindo o aumento do parque infantil existente e a instalação de um quiosque. Mas nada se sabe sobre os contentores junto à Casa dos Jardineiros ou sobre os dois entijolados edifícios das instalações sanitárias públicas.

Por isso, “**Os Verdes**” solicitam hoje os seguintes esclarecimentos:

- considerando que na Proposta da CML n° 670/2015 foi aprovado um compromisso plurianual até 2018, sendo a verba para 2016 no valor de 591.154,93 €, terá esta repartição de encargos de ser temporalmente reajustada?

- quais serão agora as novas datas realmente previstas para o início e término das obras de requalificação paisagística da zona Sul do Jardim do Campo Grande?

- que alterações terão entretanto sido introduzidas no projecto inicial e quando serão apresentadas publicamente?

- pondera ou não o sr. vereador ainda auscultar a Plataforma em Defesa das Árvores, para que não se concretizem desastres ambientais como o que ia acontecendo em Entrecampos?

Sobreda Antunes

Grupo Municipal de “**Os Verdes**”